

Regulamentos

8. Regulamento do Programa Munícipe Atento – início do procedimento.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação da abertura do Início de Procedimento do Regulamento do Programa Munícipe Atento, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 18716

Data: 26/02/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Regulamento do Programa Munícipe Atento – início do procedimento

I. Proposta

Pela Ex.ma Sra. Vereadora, Dra. Olga Pereira, foi proposta a elaboração de um Regulamento municipal para o Programa Munícipe Atento.

Resulta da proposta apresentada que:

O programa “Munícipe Atento” assenta num ideal de incentivo a uma participação cívica dinâmica, responsável e coesa e ao envolvimento dos munícipes no desenvolvimento da cidade de Braga. Este ambicioso programa idealizado pelo Município de Braga visa reforçar os laços entre os cidadãos e a cidade, convidando os munícipes a tornarem-se protagonistas ativos e a apresentarem sugestões e ideias, envolvendo-os no debate e na idealização de soluções exequíveis.

A ideia será distinguir aqueles munícipes que mais tenham participado de forma construtiva do desenvolvimento da cidade, premiando a apresentação de sugestões e ideias, a identificação de oportunidades de melhoria ou, ainda, as iniciativas que possam promover o bem comum.

A ideia deste programa parte igualmente da premissa de que um munícipe atento é um cidadão comprometido com o desenvolvimento da sua cidade e comunidade e que a evolução do Município pode beneficiar muito desta intervenção ativa dos seus residentes e do grau de participação de cada um destes. Assim, o munícipe atento é que se pretende destacar com este prémio é aquele que percebe que há várias formas de participar no desenvolvimento da sua cidade e que a apresentação de sugestões e ideias é mais uma forma ativa e diligente de exercer o seu contributo.

Este é, assim, um programa que visa também reforçar o modelo de administração mais aberta e participada, fomentando o envolvimento dos cidadãos do concelho de Braga na identificação de questões prementes e identificação de oportunidades de melhoria e soluções, tendo como desígnio estimular uma intervenção cívica ativa e responsável dos munícipes.

Este Regulamento surge, portanto, no sentido de destacar o trabalho quotidiano desenvolvido pelos residentes em Braga no contexto do reforço de um sentimento partilhado de identidade bracarense e destacar a sua participação ativa e responsável no desenvolvimento da cidade.

Este programa pretende distinguir as melhores sugestões e ideias, pela sua conceção formal e construtiva, e representa um contributo para o desenvolvimento do Município de Braga, além de constituir publicamente o reconhecimento do Município aos munícipes mais atentos e participativos, com um claro objetivo de reforçar a proximidade e diálogo entre os cidadãos e o território.

O Programa Munícipe Atento pretende, assim, tornar-se um marco de qualidade destinado a promover e destacar a participação ativa, informada, responsável e construtiva dos munícipes.

No que concerne à ponderação dos custos e benefícios da medida projetada nos termos do disposto no artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), tratando-se de um incentivo à participação cívica ativa e responsável

dos munícipes que visa estimular a participação destes na identificação de questões prementes e oportunidades de melhoria e soluções para o desenvolvimento da cidade, ou, ainda, as iniciativas que possam promover o bem comum, reforçando os laços entre os cidadãos e a cidade e, por conseguinte, o modelo de administração mais aberta e participada, considera-se que os benefícios expectáveis resultantes da implementação da medida de incentivo ultrapassarão os custos associados à medida que se pretende implementar.

II. Análise

Verifica-se que na proposta remetida a esta DAAJ está devidamente fundamentada a necessidade de regular e que o Município está legalmente habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP e do disposto no n.º 2 do artigo 23.º, alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento de criação do Regulamento do Programa Múncipe Atento, sob proposta da Ex.ma Sra. Vereadora, Dra. Olga Pereira, que deverá, depois, ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º do CPA.

A jurista, gestora do procedimento,